



Alexandra Manes

O regresso de Caco Antibes

Em 1984, foi cunhado o termo “novilíngua”, expressão que se popularizou e que serve para explicar um fenômeno muito atual. Quando alguém fala, o que ouvimos não é o que devemos ouvir. Ou seja, uma palavra vale apenas pelo valor que lhe é atribuído pelo poder instituído. Se te disserem que “verde” significa “azul”, é assim que o deves entender. “Verde” passa a “azul”, da mesma maneira que um discurso sobre a destruição do sistema público pode passar a homilia humanitária. Bastará, para o efeito, controlar a narrativa, dentro da comunicação social.

Face ao exposto, regressemos a dezasseis de dezembro, na passada semana, quando o ministro da Educação, Ciência e Inovação decidiu dar uma lição sobre “novilíngua” a todas e todos nós. Durante um discurso sobre o processo transformista que almejam aplicar ao sistema de ensino superior, e às suas obrigações sociais, Fernando Alexandre começou por falar sobre a necessidade “misturar classes” nas residências universitárias. De acordo com o economista, é preciso acabar com a segregação económica e com o escalonamento, porque esses conceitos são armadilhados pelo sistema e prejudicam os mais vulneráveis.

Por momentos, parecia que discursava num congresso nacional do PCP, e só lhe faltava uma foice e um martelo no pódio para complementar o cenário. A verdade, todavia, é mais dura. Logo a seguir, e ainda durante essa linha de pensamento, Fernando mudou a sua postura e pediu a atenção para que se compreenda uma realidade: os serviços públicos, sejam eles residências ou hospitalares, degradam-se quando são utilizados pela população pobre. Isto não fui eu que inventei, nem a Inteligência algorítmica que debitou. Está lá, no vídeo partilhado pelo senhor ministro na página oficial do seu ministério.

Aquilo que aconteceu foi que o ministro discursou de forma humanitária, para poder cobrir o rasto do que se seguiu, onde apelou a uma mudança de mentalidade que deseja colocar em prática, conjuntamente com os amigos à extrema-direita. Uma espécie de Processo Reacionário Em Curso, que se releva em cada frase dita com sentimento, e não lida nos papéis preparados pela assessoria. Ao misturar hospitalares com residências universitárias, Alexandre descaiu-se, ligeiramente. O problema não é a “gestão”, como se veio mais tarde desculpar. O problema é o serviço público. Que precisa de ser suprimido, para que venham os santíssimos privados tomar conta do assunto e parir a realidade neoliberal sonhada. Esta é a madrugada pela qual eu esperava, com medo.

Todo o seu discurso levou-me a relembrar a célebre frase de Caco Antibes, “Eu tenho horror a pobre!”, numa série cómica brasileira. Quem diria que Caco Antibes, nos anos 90, iria satirizar o governo português, de 2025?

Certo é que Pedro Passos Coelho nunca foi derrotado. Foi apenas empurrado para as sombras, pela união retumbante de uma esquerda que já rareia. Agora, regressado das brumas, o cavaleiro traz consigo o Apocalipse das classes pobres em Portugal, pelas mãos da tenebrosa ministra da saúde e do malicioso ministro da educação. Os dois pilares do nosso sistema social, corroídos, assim sem

qualquer problema, no espaço de meses.

A nação revoltou-se. Depois da greve geral que Leitão não viu, surgiu um movimento espontâneo de revolta popular contra as declarações de Fernando Alexandre, tal como já tinha surgido, antes, contra as palavras de Ana Paula Martins. Por todo o país, em esquinas e publicações, pessoas manifestaram indignação genuína, perante tamanha desumanização promovida por um dirigente máximo do atual governo de Portugal. E o senhor ministro, que para além de formado em economia, também percebe de chico-espertice, avançou com o verdadeiro objetivo da sua manobra de diversão.

Em poucas horas, já estava na televisão a revoltar-se com a forma como foi tratado, quando queria apenas humanizar os pobrezinhos, coitadinhos. O sistema é que opõe os pobres e não lhes dá condições. A solução não passa por melhorar o sistema, que ele atualmente até controla. Passa por construir novas maneiras de meter lá ricos, porque se estiverem “jovens de bem” a morar nas residências elas vão ser mais cuidadas. Toda a gente sabe que o sistema olha com mais atenção para o filho do doutor do que para a filha do pescador. E toda a gente sabe que não há nada a fazer. É aceitar. Um pobre é um pobre. Um rico é poder em potência.

De repente, o que foi dito já não é o que foi dito. A novilíngua, na verdade, diz-nos que o ministro estava a proteger as pessoas e não a atacar os pobres para dar mais oportunidades aos amigos ricos. Paralelamente, ainda teve tempo para ajudar a amiga, com uma facada nos hospitais. Mas isso não aconteceu. Está fora de contexto! Qual contexto? O que eles dizem. Quem manda é que sabe qual é o contexto.

Há um erro que cometem. Um ligeiro detalhe, que não está a negrito no papel, para passar despercebido. No comunicado emanado pelo ministério de Fernando Alexandre, sobre esta polémica por eles criada, está uma referência ao que eles desejavam fazer, mas não conseguiram. Criação de mais lugares para não bolseiros nas residências universitárias. Ali ainda não conseguiram aplicar a novilíngua, e percebemos o que querem mesmo. Essa proposta foi reprovada, pelos parceiros técnicos e pela concertação social. Por isso, importa trazer a polémica a público. Importa fazer do ministro um mártir, descontextualizado. Ele, que só queria misturar pobrezinhos com remedios, para todos salvar. Se é o que ele diz, deve de ser verdade, não é?

A verdade, é que este é o governo que Passos Coelho sonhou quando desejou ir além da Troika. Preparam-se para destruir o que resta do SNS e do sistema público de ensino. Aplicam-se propostas de fita-cola, para dar migalhas aos pobres, enquanto se vai construindo, com a outra mão, um templo ao capitalismo desregulado, onde vale tudo, inclusive arrancar olhos. Eles estão prontos para nos destruir. Só nos resta o mesmo de sempre. Na rua, ombro a ombro, contra a novilíngua. É preciso continuar.

Boas festas, e que a nossa prenda ao país seja dizer a estes déspotas que não passarão.

Salário mínimo sobe para 920 euros em Janeiro

Agora é oficial. O salário mínimo nacional vai subir 50 euros para 920 euros a partir de 1 de Janeiro de 2026, de acordo com o decreto-lei publicado ontem em Diário da República. O Governo cumpre, assim, o acordo assinado em Outubro de 2024 na Concertação Social.

“Em execução do acordo 2025-2028, que traduz a ambição do XXV Governo Constitucional e dos parceiros sociais em tornar o país mais próspero, em proporcionar salários mais justos, condições de trabalho dignas e empregos de qualidade, e dando continuidade à política de valorização salarial, o presente decreto-lei determina o aumento da retribuição mensal mínima garantida para 920 euros, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2026”, lê-se no diploma agora

publicado.

Em Outubro de 2024, o Governo de Luís Montenegro assinou com as quatro confederações empresariais e com a UGT um acordo que prevê, nomeadamente, aumentos anuais de 50 euros do salário mínimo até 2028.

Em Setembro deste ano, a central sindical liderada por Mário Mourão defendeu que o aumento previsto para 2026 devia ser revisto, à semelhança do que foi feito nos anos anteriores.

Inicialmente, a ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho, não abriu nem fechou a porta a essa revisão, mas o Governo acabou por assumir no Orçamento do Estado para 2026 os 920 euros já previstos, valor que acabou por ser aprovado em Conselho de Ministros

e promulgado pelo Presidente da República.

Esta actualização do salário mínimo produz impactos também nos contratos públicos, com duração plurianual, “em que a componente salarial indexada à remuneração mínima mensal garantida constituiu factor determinante na formação do preço contratual”.

É o caso dos contratos de aquisição de serviços de limpeza, de serviços de segurança e vigilância humana, de manutenção de edifícios, instalações ou equipamentos e de serviços de refeitórios.

“Nesse sentido, importa, por isso, estabelecer um regime excepcional que permita a actualização extraordinária do preço desses contratos, salvaguardando a prestação e a qualidade efectiva desses



serviços, assente no compromisso vertido no Acordo 2025-2028 e no diálogo social permanente com os parceiros sociais que o XXV Governo Constitucional pretende manter”, determina o decreto-lei publicado ontem.